

6

À Sombra do Leviatã

Go Tell the King, go tell him thus me,
Though he reigns o'er all the land, I Will reign at sea

(Exquemelin, 1853)

Ao fim do século XVII, as histórias de piratas se tornam ambíguas; por um lado, os piratas aparecem como líderes de movimentos de liberdade, por outro, horrorosos monstros. Por que isso? Nesse capítulo, argumentamos que as oscilações na representação do pirata ocorreram em grande medida em função da crise do estado renascentista que, na primeira metade do século XVII, mostrava sinais de desgaste. Neste contexto, o Novo Mundo começou a aparecer como um espaço de liberdade em oposição às velhas e opressivas instituições europeias. Contudo, os sonhos de liberdade cantados em baladas e encenados nos palcos do Velho Mundo não correspondiam à realidade daqueles que experimentavam a dureza da vida nas Américas, em especial aqueles que partiam para o mar em busca de oportunidades que não encontravam em seus locais de origem. Em meados do século XVII, a ansiedade sobre alternativas à vida estatal europeia começavam a ganhar forma. *The Buccaneers & Marooners of America* escrita por Alexandre Exquemelin reflete a contradição entre o desejo de liberdade frente ao Estado e o temor das consequências que esta liberdade por fim acarreta.

6.1

Um século de crise

Precisamos estabelecer algo desde o começo: o século XVII foi um século de crise europeia. É bem verdade que em cada lugar e em cada área da atividade humana a crise revelou à luz uma face diferente; na Inglaterra, a guerra civil opôs a dinastia Stuart ao parlamento; na Espanha, a retomada da guerra contra a Holanda (1621), as revoltas na Catalunha (1640) e a independência de Portugal (1640) agravaram ainda mais a crise fiscal e política do império de Felipe III; na França, a morte de Henrique IV (1610) precipitou uma nova escalada na intolerância religiosa capitaneada por Richelieu, que, somada as revoltas da Fronde, culminou na Guerra dos Trinta Anos e por fim no absolutismo de Luís

XIV e Mazarino. Mesmo os países baixos, em sua época de ouro, não escaparam completamente ilesos dos conflitos e das tensões setecentistas.

No século XVI, por mais que tivesse sido clivado por guerras e conflitos sangrentos o bastante, pairava certo espírito de otimismo e progresso, certa atitude em relação à vida e à política que parecia poder superar as dificuldades do presente. Erasmo podia zombar dos costumes estoicos em elogio à loucura, Montaigne podia brandir seu ceticismo à vontade mesmo à luz das atrocidades cometidas nas guerras de religião, Thomas Morus poderia falar de sua utopia e imaginar, quem sabe, se um dia poderia vir a existir e Rabelais poderia escrever suas sátiras escatológicas para o deleite do leitor que via nisso tudo uma graça sem fim, mesmo sendo ele próprio o escarnecido. Foi o século em que o europeu, pela primeira vez, viu a si mesmo em um espelho do tempo, descobriu que era civilizado ao olhar para os primitivos selvagens, se deleitou com prazer libidinoso na nudez dos americanos e sentiu a confiança dos heróis ao pôr de joelhos os orgulhosos impérios ameríndios com o mínimo esforço. Enfrentou o oceano, desvirginou os pilares de Hercules, suplantou o conhecimento dos antigos, e dobrou aos seus pés o gigante Adamastor. As maravilhas e singularidades encontradas além-mar enchiam os europeus com a confiança do progresso, com a certeza de que a potência humana poderia desbravar o que quer que fosse colocado diante de seus olhos. Os monstros que adornavam as margens dos mapas medievais foram substituídos por horizontes a serem vencidos. Afinal, o mundo fora todo feito para o homem e ali postado para o seu deleite. O século XVII fez todo esse otimismo escorrer ralo abaixo.

O século XVI não foi de revoluções ou rupturas, mas de expansão: “não é uma época de mudança estrutural. Em tecnologia, em pensamento, em governo é o mesmo. [...] As estruturas políticas da Europa não são modificadas no século XVI: são estendidas para pegar e manter novos impérios” (Trevor-Roper, 2007). Mas no século XVII todo o complexo sistema de governo que fora construído pelos príncipes do renascimento veio abaixo em um movimento tão rápido e assolador que mal pode ser compreendido pelos seus contemporâneos. O mundo havia virado de ponta cabeça (Hill).

Para Stephen Tulmin, o assassinato de Henrique IV, na França, capturou de forma exemplar o clima ansiedade intelectual da passagem de um século ao outro. Em meio as Guerras de Religião francesas, o primeiro monarca da dinastia Bourbon ascendeu ao trono em 1589 como protestante, mas se converteu oficialmente ao catolicismo em 1593 para ganhar o apoio da Liga Católica em Paris. Uma vez estabelecido, Henrique buscou uma política de tolerância e pôs fim à guerra com o Édito de Nantes, em 1598, “que codificou e regularizou a posição dos cidadãos protestantes” (Tulmin, 1990); Para Tulmin, o Rei Bourbon representava o espírito do ceticismo pluralista e tolerante de Montaigne, que chegou a ser seu colega e confidente:

“Henry IV’s attitude to practical politics reminds one of Michel de Montaigne’s attitude in the intellectual realm. This is no coincidence: the two men were trusted colleagues. Montaigne supposedly ran confidential missions on Henry’s behalf in his negotiations with Protestant and Catholic leaders: they may even have been members of the same secret society. Henry no more let doctrinal dogmatism override the testimony of familiar experience. Both men placed modest experiential claims above the fanatical demands of doctrinal loyalty, and so were (in the true sense) ‘skeptics’”.

(Tulmin, 1990, p. 50)

Durante seu breve período de reinado, a França – e a Europa de forma geral – experimentou a calma que precede a tempestade. “Em um tempo em que monarcas europeus escolhiam lados em nome de lealdades religiosas”, diz Tulmin, “Henrique tentou mostrar que era possível governar grandes reinos e ao mesmo tempo aceitar a diversidade religiosa de seus cidadãos” (Ibidem). “Em termos práticos, o assassinato de Henrique IV carregou para as pessoas da França e da Europa uma simples mensagem, ‘a política de tolerância religiosa foi tentada e fracassou’” (Ibidem). Pouco tempo depois a Europa se veria envolta em uma de suas guerras religiosas mais sangrentas, a Guerra dos Trinta Anos, e ao fim do século o Édito de Nantes fora revogado por Luís XIV.

Daquele momento em diante a filosofia humanista e subjetiva de homens como Erasmo, Montaigne e Rabelais não será mais vista como uma atitude aceitável frente aos turbulentos dilemas práticos que ceifavam vidas pelo velho continente. O otimismo que frutificou no expansivo século XVI havia sido vencido, por fim, por divergências de opinião irreconciliáveis. Neste contexto de incerteza:

“The 17th-century philosophers’ “Quest for Certainty” was no mere proposal to construct abstract and timeless intellectual schemas, dreamed up as objects of pure, detached intellectual study. Instead, it was a timely response to a specific historical challenge – the political, social, and theological chaos embodied in the Thirty Years’ War

(Ibidem)

No século XVII, a leveza irreverente dos humanistas dará lugar à busca pela certeza absoluta e racional; é o século de Thomas Hobbes, Espinosa e Descartes. Em face do caos aparente em que se metia a Europa, somente a razão poderia orientar os homens a um conhecimento verdadeiro e indubitável. No fundo deste movimento intelectual rumo a certeza estava o fato concreto de uma guerra sangrenta, de opiniões divergentes que cingiam os reinos em guerras fratricidas e fúteis. O Behemoth havia dado as caras e somente o Leviatã poderia domá-lo.

Para Trevor-Roper (2007), a crise do século XVII foi o resultado de um profundo descompasso nas “relações entre a sociedade e o Estado”. Mas o autor não se refere à crise de qualquer tipo de Estado, mas à crise do *Estado Renascentista*, “que se trata, no fundo, de uma grande burocracia em expansão, um imenso sistema de centralização administrativa, provida de uma multidão sempre crescente de ‘cortesãos’ ou ‘funcionários’” (Ibidem, 2007). O Estado renascentista foi o resultado de um século de expansão econômica e demográfica – alavancada, principalmente, pelas navegações - sem que fosse acompanhada de uma significativa mudança na estrutura política e social. As coroas se tornaram maiores, mais dispendiosas e magníficas, mas permaneciam ainda atreladas à tradição personalista dos reis e das cortes medievais.

Apesar das diferenças ideológicas, o “Estado Renascentista” descrito por Trevor-Roper converge com as descrições marxistas do *tax/office state*, no qual a distinção entre o político e o econômico, o público e o privado não existiam, de tal modo que a dominação política e a exploração econômica ocorriam indistintamente uma da outra (Teshcke, 2003). Em 1603, por exemplo, esperava-se que “Jaime ‘vivesse por conta própria’, financiasse o governo com terras da coroa, com impostos feudais e aduaneiros; não havia qualquer distinção entre as posições pública e privada do rei” (Hill, 2012). Na Espanha, “a natureza de seu sistema econômico” era de tal forma centralizada na burocracia estatal que um

cidadão não tinha outra opção a não ser se tornar “um estudante ou um monge, um pedinte ou um burocrata. Nada mais havia o que fazer” (Eliott, 2011).

No contexto do governo personalista medieval do Estado Renascentista, o crescimento da burocracia estatal não era um mero fato circunstancial, casuístico; era a única forma como poderia ser, pois como poderiam os príncipes sustentar todo um governo, cada vez mais centralizado, contado apenas com sua própria renda? A lealdade dos funcionários da burocracia estatal, no qual incluímos a própria Igreja, precisava ser gratificada de algum modo, e na ausência de capital, a gratificação vinha na forma de privilégios, “liberdades” e monopólios vendidos pela coroa à sua corte: “o grosso dos ganhos de um funcionário provinha de oportunidades privadas a que a função pública simplesmente abria as portas” (Trevor-Roper, 2007):

“Todo funcionário, em toda Corte, em todo país, vivia segundo o mesmo sistema. Recebia um ‘emolumento’ ou salário trivial e, quanto ao restante, fazia o que podia no campo que sua função lhe tinha aberto. [...] era considerado normal que cobrasse uma soma razoável por audiências, favores, assinaturas, que explorasse sua função para fazer bons negócios, que investisse dinheiro público, quando em suas mãos, em seu benefício próprio”.

(Ibidem)

Na Inglaterra de Jaime e Carlos I, “vender monopólios tornou-se uma forma de resolver os problemas fiscais do governo” (Hill, 2012):

“É difícil imaginarmos um homem vivendo em uma casa construída com tijolos de monopólio, com janelas de vidro de monopólio, aquecida com carvão de monopólio, queimando em uma grelha de ferro de monopólio; as paredes da casa eram revestidas com tapeçaria de monopólio [...] Hill continua listando os monopólios por uma página inteira... Para fazer o testamento, ele ia a um monopolista. Os mascates obtinham licença de um monopolista. Os ratos eram capturados em ratoeiras de monopólio. Nem todas essas patentes existiram simultaneamente, mas todas vieram das primeiras décadas do século XVII. Em 1621, supunha-se que havia setecentas delas”.

(Ibidem)

Na França, após a Guerra dos Cem Anos a nobreza ficara isenta de pagar a *Taille* e a *Gabelle* e conservou o poder local autônomo em relação aos camponeses. No início do século XVII, a retomada dos conflitos contra os huguenotes e a Guerra dos Trinta Anos fez explodirem os gastos reais e multiplicar as vendas de cargos oficiais para sustentar a pressão fiscal da guerra:

“A França se tornou a terra da venda de cargos, à medida que a monarquia criava um número sempre crescente de sinecuras e prebendas, com o propósito de aumentar as receitas. Por volta de 1620-1624, essas negociações geravam algo em torno de 38% dos rendimentos régios”.

(Anderson, 2016)

A multiplicação de cargos e de impostos diretos necessários para financiar o governo teve influência decisiva nas revoltas que atingiram a França no período. “De 1625 até a Fronde”, diz Roland Mounier (2011), os senhores de terra e funcionários da burocracia francesa instavam os camponeses a não pagar a *taille* e os demais impostos cobrados pelo governo – os instavam, portanto, a se revoltar contra a coroa - porque se os pagassem não restaria dinheiro para pagar seus aluguéis ou deveres feudais locais. Sobre os ombros dos camponeses recaía a obrigação de sustentar uma nobreza perdulária e uma corte belicosa ao mesmo tempo; em tempos de bonança, o conflito de interesses poderia ser evitado com o controle de gastos reais e a criação de mais cargos oficiais para agradar a *noblesse*, mas em tempos de aperto, um lado teria que ceder. Em toda Europa, multiplicavam-se, portanto, as burocracias e os monopólios ao mesmo tempo em que se criava uma casta parasitária que em nada contribuía para o Estado e apenas sugava seu sustento dos mais pobres.

Tudo isso corria muito bem enquanto a economia se expandia no século XVI; havia muitas terras comunais ou improdutivas para doar aos nobres, muitos monopólios a conceder, muitos cargos a criar. Mas em uma época de contração econômica, como fora o dezessete, o bolo a ser repartido se tornava menor; na Inglaterra, o peso maior caiu sobre os camponeses, que emigravam dos campos cercados para as cidades; na França e na Espanha, os camponeses mantiveram relativa autonomia em seus conchaves, mas a nobreza fora severamente castrada pelo estado absolutista. Apenas a Holanda, em sua época de ouro, parecia imune à crise e disposta aceitar os imigrantes que fugiam da perseguição religiosa de outras cercanias (Trevor-Roper, 2007).

6.2.

Os problemas da paz

As mortes de Felipe II (1598), de Elizabete I (1603) e de Henrique III (1589) e a subsequente paz que se impôs entre os reinos trouxeram o alívio fiscal de que a Europa tanto necessitava (Trevor-Roper, 2007). Mas nem mesmo a paz pode solucionar os problemas que se acumulavam desde há muito tempo. Pois as guerras não eram somente um dispêndio à coroa, mas também uma oportunidade de emprego para uma parcela significativa da população que durante gerações se habituara a “viver da terra”, ou seja, da pilhagem, ou mesmo para a jovem nobreza para as quais não havia mais oportunidades de expansão em solo nacional e partiam para tentar a sorte em outras paragens. A guerra poderia ser um problema para alguns, mas era uma oportunidade de negócios para tantos outros. A acumulação geopolítica era uma realidade intensa (Teshcke, 2003).

Para os orgulhosos castelhanos, a paz com a Holanda fez somente ficar mais evidente a decadência espanhola frente ao crescimento pujante dos revoltosos países baixos (Eliot, 2011). Para os franceses a paz terminou com o desastroso assassinato de seu rei, Henrique IV, por um fanático católico que não suportava a política de apaziguamento levada adiante pelo rei (Tulmin, 1990). Para os ingleses, a paz foi recebida bem de início, mas logo se mostrou um problema para os Stuarts, odiados pela postura pró-católicos e pela política de aproximação com a coroa espanhola e francesa.

A guerra de pilhagem marítima, de pirataria, fora, no século XVI, uma política externa ativamente perseguida por Elizabete I contra o império espanhol. Hawkins, Drake e Cavendish foram piratas somente no sentido em que atacavam os inimigos espanhóis tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz, de pouco importava. Mas, de todo modo, sempre o fizeram com o consentimento tácito de sua rainha, que pouco ou nada fazia para aplacar a ira dos indignados senhores ibéricos que reclamavam das depredações dos *sea dogs* ingleses a seus navios e cidades coloniais. Mas a pirataria oficial inglesa não fora somente uma tática de guerra, mas também uma conveniente política econômica mercantilista. Via pirataria era possível unir comerciantes e investidores à nobreza ansiosa por “explorar novos mundos, em busca de ouro, de louvores e glória” e fazer crescer

o próprio tesouro enquanto fazia minguar o do adversário, tudo isso sem onerar os cofres da coroa com os custos de manutenção de uma marinha oficial e permanente. A política de apaziguamento de Jaime fechou as portas para este tipo de oportunidade. O acordo de paz que assinou com a Espanha não somente “aceitou a exclusão de comerciantes ingleses do mercado americano” (Hill, 2012) como também jogou na ilegalidade os heróis de outrora:

“Em 1617, Jaime forneceu à Espanha todas as informações acerca do tamanho e do destino da frota de Raleigh a caminho das Guianas, o que garantiu a derrota que ela sofreu; a execução de Raleigh em 1618 foi o ato derradeiro de apaziguamento da Espanha, que tornou lendário o nome daquele nobre entre os membros do grupo comercial e puritano”.

(Ibidem)

Raleigh fora o último grande corsário imbuído pelo espírito elisabetano. Ardente defensor dos esforços de colonização inglesa nas Américas, Raleigh liderou as primeiras tentativas de estabelecimento na Virgínia, mas teve pouco sucesso em sua empreitada. Posteriormente, viajou diversas vezes a América a procura do *El Dourado*, cidade mítica que o navegador jurava de pés juntos existir. Nome respeitado na corte elisabetana, em 1618 fora decapitado a mando do próprio rei a pedido do embaixador espanhol, algo inaceitável para uma população orgulhosa que via as cortes católicas continentais como inimigas eternas.

Fora nesse contexto de insatisfação popular com a paz que Samuel Purchas publicou, em 1625, a coleção *Hakluytus Posthumus, or Purchas his Pilgrimes*, uma compilação de histórias de viagens e navegações inglesas que descendia diretamente da *Principal Navigations*, de Richard Hacluyt. Assim como seu antecessor, Hacluyt, Samuel Purchas fazia uma ode aos piratas ingleses do século XVI e exortava a população a trilhar os mesmos rumos dos heróis do passado. No mesmo ano, as histórias de Francis Drake apareceram novamente com tons ainda mais patrióticos; A primeira delas, *Sir Francis Drake Revived. Calling upon this Dull or Effeminate Age to follow his Noble Steps for Gold and Silver*, não deixava dúvidas sobre o espírito de insatisfação que abundava entre os ingleses:

“As there is a general Vengeance, which secretly pursueth the doers of wrong, and suffereth them not to prosper, albeit no man of purpose empeach them: so is there a particular Indignation, engraffed in the bosom of all that are wronged, which ceaseth not seeking, by all means possible, to redress or remedy the wrong received”.

(Drake, 1653)

Haveria que se recuperar este espírito aventureiro do passado, do qual muitos ingleses poderiam se orgulhar de ter feito a maior potência da terra se dobrar de joelhos frente a (ainda) pequena e frágil ilha da Europa.

De fato, os esforços de Jaime para controlar o ímpeto dos corsários elisabetanos certamente não foram poucos. Em 1604, pouco após ter assumido o trono, Jaime publicou sua primeira “*Proclamation concerning Warlike ships at Sea*”:

“which summarily recalled all privateers. Three months later, due to the total lack of response, it was followed by ‘a proclamation to repress all Piracies and Depredations upon the Sea’. This revoked all letters of marque and expressly forbade any officer of the crown from issuing them. The proclamations appeared almost yearly thereafter, an index both of James’s resolve and its low currency among English people”.

(Burgess, 2009)

Mas as proclamações de Jaime não pareciam surtir o efeito desejado com o público. Em 1607, a peça *Fortune by Land and Sea* trouxe para os palcos as vidas dos piratas Purser e Clinton, executados em 1582, ainda na época de Elizabete I. Nela, a personagem principal, Forrest, após matar o assassino de seu irmão em um duelo (tornando-se, portanto, um fugitivo da lei) tenta assegurar o perdão da rainha caçando e levando às autoridades os dois piratas acima mencionados. A peça, contudo, é bastante ambivalente em sua representação da pirataria. Em primeiro lugar porque o herói, Forrest, em sua caçada, incorre sistematicamente nas mesmas práticas que os piratas haviam praticado, ou seja, na pilhagem de navios espanhóis sem a explícita anuência do soberano. Em segundo lugar, porque o momento da execução de Purser e Clinton não é celebratório; pelo contrário. Os atos piráticos de Purser e Clinton se confundem com feitos patrióticos de modo que sua captura e execução aparecem tanto como uma afirmação do poder estatal sobre seus súditos quanto como uma lamúria pelos heróis perdidos em defesa dos interesses ingleses (Jowitt, 2010).

No ano seguinte, a peça de Thomas Heywood pulou do papel para a realidade. Em 1608, Sir Henry Mainwaring (1921), deixou sua profissão de advogado para trilhar caminhos mais lucrativos. Despistando a coroa com planos falsos, Mainwaring partiu em uma viagem pirática com sucesso, ganhado notoriedade

por seus feitos tanto desde o mediterrâneo até as Américas. “Notícias sobre as suas atividades chegavam dia-após-dia de fontes tão discrepantes quanto Irlanda, Massachusetts ou Império Otomano” (Burgess, 2009). Sua fama entre os fora-da-lei se tornara lendária mesmo para aqueles que nunca o havia visto. Sir William Monson, um dos corsários apoiadores de Jaime, relata haver se infiltrado em um grupo de piratas irlandeses – em uma história tão patética quanto sangrenta – fazendo-se passar por Maiwaring para ganhar a sua confiança e então exterminá-los (Oppenheim, 1902).

Em 1616, as atividades do pirata inglês chegaram ao extremo de pôr em risco a paz que Jaime tanto perseguia: “Jaime fora bruscamente informado pela corte espanhola e francesa que se Mainwaring não fosse contido, haveria guerra” (Burgess, 2009). A solução que o rei inglês encontrou para o problema não foi exatamente inovadora: Jaime não somente concedeu à Mainwaring perdão incondicional como também ofereceu ao advogado-pirata uma comissão, dos punhos do próprio rei, para atacar e pilhar seus antigos colegas de profissão. De pirata a caçador de piratas. Jaime havia descoberto que a forma mais simples de se livrar dos predadores do mar era fazer com que os mesmos trabalhassem para a coroa, e não em benefício próprio, do mesmo modo como sua antecessora, Elizabete, fizera.

A dissonância entre os anseios da população inglesa e os objetivos políticos de dos Stuarts eram visíveis já nas primeiras décadas do século XVII; a paz não trouxera a prosperidade que muitos desejavam, em parte porque a economia feita com os exércitos e com a marinha foram torradas no consumo conspícuo da corte de Jaime (Trevor-Roper, 2007; Hill, 2012), em parte porque a guerra era um modo de ganhar a vida que tantos no reino dependiam. No mesmo sentido, a identidade política inglesa fora forjada no século anterior fazendo frente aos estados católicos continentais e à própria Igreja Católica, “carinhosamente” apelidada de papista; abdicar desta identidade era algo que poucos estavam dispostos a aceitar.

Não é difícil compreender o dilema de Jaime: para fazer a paz com os estados católicos do continente era preciso frear os ímpetos de seus próprios súditos. Mas ao jogar na ilegalidade uma prática que para tantos era simplesmente um modo de ganhar a vida e que durante tantas décadas fora a fonte do espírito identitário e

patriótico inglês, o rei fazia dos súditos seus próprios inimigos. Para uma dinastia com inclinações absolutistas, como os Stuarts, a paz havia se provado um problema tão grande quanto a guerra.

A dissonância entre estado e sociedade, contudo, não existia somente na Inglaterra. A Espanha, que no século XVI fora a maior potência europeia, cujos tentáculos se expandiam do Velho ao Novo Mundo, no século XVII viu este espaço ser ocupado por seus concorrentes do Norte: os holandeses, os ingleses e, em alguma medida, os franceses. Para Elliott (2011), o declínio espanhol decorreu não somente de escolhas políticas equivocadas que arruinaram a agricultura de sua principal província, Castela, e inviabilizaram o investimento produtivo nas cidades, mas também de seu atraso e isolamento intelectual em relação os principais centros europeus:

“Early sixteenth-century Spain was Erasmian Spain, enjoying close cultural contacts with the most active intellectual centers of Europe. From the 1550’s there was a chilling change in the cultural climate. The *alumbrados* were persecuted, Spanish students were forbidden to attend foreign universities, and Spain was gradually sealed off by a frightened monarch from contact with the contagious atmosphere of a heretical Europe. The conscious transformation of Spain into the redoubt of the true faith have given an added intensity to Spanish religious experience under Philip II, but it also served to cut Spain off from that powerful intellectual current which was leading elsewhere to scientific inquiry and technical experiment”

(Eliot, 2011)

A razão para este isolamento e atraso intelectual fora, segundo Elliott e Trevor-Roper, a intolerância da contrarreforma contra práticas que há séculos haviam sido toleradas e que por muito tempo conviveram em relativa harmonia com a doutrina católica. O resultado desta investida de fé fora a expulsão e a perseguição de uma parcela da população que contribuía ativamente para o desenvolvimento econômico de seus lugares de origem:

“Os flamengos deixavam os Países baixos do sul em direção ao norte eram os trabalhadores da indústria de tecido rural, que fugiam do Tribunal de Sangue criado pelo duque de Alba, ou antuerpenses a que Alexandre Farnese deu a alternativa do catolicismo ou o exílio. Todos esses homens, que tinham trabalhado, ou cujos ancestrais tinham trabalhado, tranquilamente na Flandres católica e na Itália do passado, agora se viam incapazes de se reconciliar com o catolicismo: razões econômicas podiam indicar a direção, mas a religião lhes deu o impulso”

(Trevor-Roper, 2007)

O resultado da longa queda espanhola - que durante o século XVI fora mascarada pelo ouro e pela prata americana que chegavam em abundância e cobriam o buraco fiscal deixado pela inépcia política e pela intolerância ideológica da contrarreforma – ficou evidente ao fim da primeira metade do século XVII com consequências que se expandiam para além das “linhas de amizade”:

“In the spring of 1640 the Catalans revolted; in August the Spanish armies, starved for money, suffered new defeats in Flanders; in December, Portugal proclaimed its independence. In turn, the disintegration of Spanish power, both in northern Europe and the Iberian peninsula itself, left the Caribbean wide open to incursions by the English, the French and the Dutch. It was in the 1640’s, then, after a century and a half of tenacious resistance, that the exclusive Iberian monopoly of the New World effectively came to an end”

(Elliott, 1970)

O império espanhol havia se fragmentado não somente em solo europeu, mas também no Novo Mundo. As Américas, que durante um século e meio ficaram firmemente acomodadas debaixo dos braços da poderosa armada espanhola, estava agora aberta às incursões e ao estabelecimento definitivo dos demais países europeus. O Caribe, outrora palco de furtivos ataques piráticos de ingleses, franceses e holandeses, será, na segunda metade do século, espaço de constante atrito e de guerra colonial com dinâmica própria, desconectada com aquela do Velho Mundo. Os corsários elisabetanos e a estratégia de *hit and run* magistralmente executada por Drake e afins se modificariam, daquele ponto em diante, para se adaptar à nova circunstância do Atlântico; chagara a era dos bucaneiros.

6.3.

(Há) esperança do outro lado do Atlântico (?)

De acordo com Christopher Hill (2014; 2011; 1987) e Marcus Rediker (2008), a crise geral do século XVII foi o palco no qual se apresentou a profunda ansiedade europeia a respeito das transformações de seu próprio tempo. De fato, uma profunda mudança de poder se realizava no começo deste século “os Estados marítimos do noroeste da Europa (França, Holanda e Inglaterra) desafiaram e ultrapassaram os reinos e cidades-estado mediterrâneos”, como a Espanha, Portugal e Veneza.

Esta mudança de bastão não ocorreu sem que houvessem, ao mesmo tempo, transformações substantivas no corpo da sociedade europeia e, em especial, na Inglaterra. Para o autor:

“podem-se descrever essas mudanças como a transformação da agricultura de subsistência para as pastagens comerciais; o aumento dos salários; o crescimento das populações urbanas; a expansão do sistema doméstico de produção artesanal ou subcontrato; o crescimento do comércio mundial; a institucionalização dos mercados; e o estabelecimento do sistema colonial”.

(Ibiden, 2008)

Pode-se dizer, para fazer curta esta longa história, que a crise do século XVII refletiu a gradual transformação de uma economia de bases feudais para outra determinada pelo modo capitalista de produção (Hobsbawn 2011). “Todos esses desdobramentos”, diz Redicker (2008), “tiveram uma causa profunda e de longo alcance: os cerceamentos e a remoção de milhares de pessoas das terras comunais para o campo, a cidade e o mar”. Não nos cabe aqui discutir em que grau as “*enclosures of commons*”¹ foram efetivamente a variável causal que explica por si mesma início do capitalismo e as transformações subsequentes². Basta-nos reconhecer que este período de fato experimentou uma explosão na população de vagabundos e errantes, de “homens sem senhor” (Hill, 1987) que perambulavam pelas estradas e campos da Inglaterra sem ter para onde ir, o que fazer ou o que comer, ao mesmo tempo em que viu as principais instituições do feudalismo medieval deslizarem de vez para as sombras da história.

Em *A hidra de muitas cabeças*, Marcus Rediker mostrou como a imagem de Hércules e de seus doze trabalhos foram mobilizadas para sintetizar as transformações pelas quais passava a Europa: “Os trabalhos de Hércules representavam o desenvolvimento econômico: o desmatamento da terra, a drenagem dos pântanos e o desenvolvimento da agricultura, assim como a domesticação dos animais, o estabelecimento do comércio e a introdução da

¹ Marx, em *O Capital*, já propusera este argumento: diz ele que “a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela. [...] Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados”.

² O próprio trabalho de Trevor-Hopper (2007), já citado aqui, disputa esta hipótese, e parece mais inclinado a aceitar a postulação weberiana, ainda que com reservas.

tecnologia” (Rediker, 2008). Hércules, deste modo, foi o herói que representou o progresso econômico e moral contra as forças que procuravam resistir a estes avanços. “Os mesmos governantes”, continua Rediker, “viram na hidra de muitas cabeças um símbolo antiético de desordem e resistência, uma poderosa ameaça à construção do Estado, do Império e do capitalismo”. A Hidra de Lerna, cuja destruição era o segundo trabalho do herói grego, era um monstro cujas cabeças, quando decepadas, nasciam novamente em dobro. Quanto mais se tentava matá-la, maior e mais forte ficava.

Este enxame de gente que fez subir em oito vezes a população de Londres entre 1500 e 1650 (Hill, 1987), incapazes de encontrar emprego rentável, desprovidos de terra, de crédito ou de ocupação” (Rediker, 2008) precisava ser extirpada, ou posta para trabalhar em algum fim produtivo³, pois do modo em que se encontravam representavam a “semente do perigo e do tumulto dentro do estado” (Ibidem). Mas se nas cidades leis draconianas contra a vagabundagem impingiam um perigo constante para aqueles desprovidos de tudo que não fosse seus próprios corpos, nas florestas, a liberdade destes homens sem senhores foi idealizada nas baladas de Robin Hood; “Nessas partes do país os homens podiam, segundo as palavras de Winstanley, ‘Viver fora da vista, fora da escravidão’” (Hill, 1987). Estes homens, livres como pássaros, encontravam-se simultaneamente em uma posição de independência e liberdade das instituições feudais que lhes oprimiam e protegiam ao mesmo tempo. Desprovidos de todo e qualquer modo de ganhar a vida que não fosse pelo crime ou pela caridade, os fora-da-lei, essa “‘gente mesquinha’ dos bosques, conta-nos Aubrey, ‘vive sem lei, sem ninguém para governá-la; ela não se importa com ninguém, pois não depende de ninguém’” (Ibidem).

A romantização do modo de vida dos vagabundos, popular nos palcos ingleses ao longo do século XVII, deve-se precisamente a esta dupla realidade que se impunha não somente sobre aqueles que nada tinham, mas também sobre os que tinham posses, mas se viam cada vez mais cercados pela centralização do poder

³ Não por menos, Hill e Rediker atentam para o fato de que “nesse submundo é que se recrutavam os exércitos e as tripulações para a marinha, e que se originou pelo mundo pelo menos boa parte dos colonos enviados para a Irlanda e o Novo Mundo, homens dispostos a correr terríveis riscos na esperança de terem propriedade da terra a que jamais poderiam aspirar numa Inglaterra superpovoada” (Hill, 1987).

do estado. A peça *A Jovial Crew*, encenada pela primeira vez em 1641, pouco antes da Guerra Civil, e publicada em 1652, pouco depois de seu fim, brincava com esta duplicidade que afetava tanto os despossuídos quanto os mais ricos. A vida dos “pedintes” é retratada tal como a liberdade dos pássaros que podem ir e vir sem impedimento, alimentando-se do que a natureza provém sem qualquer comprometimento com regras e hierarquias. Os pedintes são:

The only free men of a commonwealth –
 Free above scot-free – that observe no law,
 Obey no governor, use no religion
 But what they draw from their own ancient custom
 Or constitute themselves, yet are no rebels.

Na peça de Robert Brome, as duas filhas, Rachel e Mariel, de um rico senhor de terras, Oldrents, decidem partir em uma aventura em companhia de Springlove, o carismático *esquire* da família, e de seu bando de “pedintes”, aspirando a liberdade e a felicidade que não encontravam em seu lar aristocrático. Contrariados com a decisão das mulheres, Vincent e Hillard, seus pretendentes, procuram demovê-las da ideia absurda traçando um paralelo entre a condição dos “pedintes” vagabundos e a de eles próprios:

Stay, stay, Beggars! Are not so already?
 Do we not beg your loves and your enjoyings?
 Do we not beg to be received your servants,
 To kiss your hands, or, if you will vouchsafe,
 Your lips? Or your embraces?

Mais adiante, os componentes do grupo de “pedintes” que se acomodou no celeiro da propriedade se apresentam para a plateia e revelando suas origens. O escriba:

... is a decayed poet, newly fallen in among us, and begs as well as the best of us.
 He learned pretty well in his own profession before he can the better practice it in
 ours now.

O segundo a se apresentar fora, em sua vida pregressa, um advogado, que por conta de uma briga de bar veio para junto aos “pedintes”. Sua sagacidade com a lei, diz um dos companheiros, agora está a serviço do grupo.

O terceiro fora um soldado que desertou de sua tropa, em fuga pela própria vida, “and so, begging being the last refuge, he entered into our society, and now lives honestly”.

O quarto fora um cortesão para quem o escriba fez os seguintes versos:

A courtier begged – by covetise, not need –
 From others that which made them beg indeed.
 He begged till wealth had laden him with cares
 To keep – for’s children and their children – shares,
 While the oppressed, that lost that great state,
 Sent curses after into their fate.
 The father dies, the world says, very rich;
 The son, being gotten while, it seems, the itch
 Of begging was upon the courtly sire,
 Or bound by fate, will to no wealth aspire -
 Though offered him in money, clothes or meat –
 More then he begs or instantly must eat.
 Is not he heavenly blessed that hates eart’s trasure,
 And begs with ‘What’s a gentleman but’s pleasure’?
 Or say it be upon the heir a curse:
 What’s that to him? The beggar’s ne’er the worse.
 For of the general store that heaven has sent,
 He values not a penny till’t be spent.

Na peça de Brome, o diálogo entre os personagens e a apresentação da comunidade dos pedintes cria uma confusão semântica entre o “pedinte”, o “*statute beggar*”, e a condição da corte de “pedintes” e “bajuladores”. Nesta confusão, que diferença haveria entre as duas coisas? É claro que a peça de Brome é uma comédia, e a dualidade pedinte/cortesão não deve ser lavada ao pé da letra. Contudo, é justamente essa possibilidade de reduzir a nobreza ao nível de “bajuladores” e alçar os pedintes à condição de liberdade absoluta que cria o sentido cômico e a conotação crítica da obra.

A peça de Brome, contudo, romantiza a vida dos pedintes somente até certo ponto. O quarteto de nobres fantasiados de mendigos rapidamente descobre que a liberdade dos pedintes os garante somente a escolha de entre alternativas igualmente miseráveis de desconforto e privação. Tornam-se livres, é verdade, mas essa liberdade vem com o custo de sua segurança e propriedade. Se em *A Jovial Crew* fica retratada a nobreza expropriada de seus “direitos e “liberdades”⁴

⁴ Sempre é importante lembrar que a peça de Brome foi encenada e publicada em um momento em que a relação entre liberdade e propriedade estava em pleno questionamento: “O *common law* era a lei dos homens livres. ‘Aquele que não tem um imóvel entre seus bens’, disse um membro do parlamento em 1624, ‘ não é livre’. A pequena nobreza ficava isenta da punição servil do açoitamento. ‘Não tem bens: deve ser açoitado’ era a decisão frequentemente dos juizes de paz nas sessões quadrimestrais dos tribunais locais” (Hill, 2012). Pouco antes o autor comenta: “note-se o uso da palavra ‘livre’. *Libertas* em latim medieval

feudais e reduzida ao papel de “pedintes” e “bajuladores”, tal como os vagabundos andarilhos que infestavam as estradas, florestas e cidades da Inglaterra, por outro lado, descobre-se a profunda diferença que havia entre os dois tipos de “*beggars*”.

Queremos sugerir que esta tensão entre liberdade e servidão permeou o imaginário popular do período, e encontrou expressão não somente no teatro e nas baladas de Robin Hood como também encontrou morada nas histórias de piratas, que tornavam-se cada vez mais populares no desenrolar do século.

Nos capítulos precedentes, analisamos os relatos de viagens de grandes navegadores, corsários ou piratas, dependendo do ponto de vista. Nestes relatos podemos encontrar maravilhas, feitos heroicos, batalhas e naufrágios, mas em nenhum deles encontraremos, detalhadamente, relatos de “*sea beggars*”, os “pedintes do mar”. A navegação, até a segunda metade do século XVII, era um esporte de nobres, não de plebeus. A partir de 1650, a atividade de andarilhos do mar, em especial no Caribe, aumentou dramaticamente em função do estabelecimento colonial de franceses, ingleses e holandeses (ainda que em menor escala) nas ilhotas do Novo Mundo e da incapacidade dos espanhóis em defendê-las. Esta nova disposição de forças nas Américas, juntamente com a crise que solapava a Europa, deu luz a um novo tipo de pirataria diferente daquela praticada por Drake ou Raleigh.

Rediker (2008) nos conta sobre as propagandas em prol da colonização nos moldes utilizados pela Companhia da Virgínia, que ofereciam um mundo de liberdades e oportunidades para aqueles que desejassem por lá aportar:

“Único paraíso na terra
Onde a natureza tem de reserva
Aves, caças e peixes;
E o mais fértil dos solos,
Que dispensando a labuta,
Três colheitas mais provê
Todas maiores que o nosso querer”.

transmite a ideia de direito de excluir outros de sua propriedade, sua franquia. Estar livre de algo significa desfrutar de direitos e privilégios exclusivos em relação a isso. A liberdade de uma cidade é um privilégio a ser herdado ou comprado. [...] As ‘liberdades da Câmara dos Comuns’ eram privilégios peculiares desfrutados por seus membros, como, por exemplo, imunidade à prisão, direito de discussão sem censura etc.” (Hill, 2012).

(Michael Drayton, 1606, *Ode a uma viagem virginiana*. In: Rediker, 2000)

Mas se a propaganda pintava rosas sobre a vida idílica no novo mundo, a realidade daqueles que partiam em viagem se mostrava o oposto. Muito trabalho, muita privação e pouco desfrute. Parte significativa dos que optavam por esta vida, findo o curto período de deslumbramento com as novas terras, não tinham outra opção a não ser viver da caça de animais selvagens ou zarpar em navios piratas para pilhar as cidades coloniais (principalmente espanholas) que ali vinham se estabelecendo desde o início dos mil e quinhentos. Mas isso pouco importava:

“A Companhia, repetiam seus propagandistas, prestaria um serviço público ao tirar da Inglaterra ‘enxames de desocupados’ e levá-los para trabalhar na Virgínia. [...] O Novo Mundo era o lugar ideal para ‘jovens sem religião’, para pessoas empobrecidas por ‘rendas em queda’, para qualquer um que padecesse de ‘extrema pobreza’ – em resumo, para todos aqueles que ‘ não conseguem viver aqui’”.

(Rediker, 2008)

Em resumo, Ao longo do século XVI e XVII, a terra se mostrava cada vez mais como o espaço de príncipes e soberanos, claudicante até mesmo para a nobreza, cada vez mais enredada nas teias estatais. No início dos anos mil e seiscentos, as transformações europeias haviam minado as antigas redes de dependência feudais, mas não haviam ainda posto algo em seu lugar.

6.4.

Bucaneiros!

Christopher Hill (2014), em um breve comentário acerca da *Uma História dos Piratas*⁵, publicada no primeiro quarto do século XVIII, disse que a obra “não é necessariamente confiável como evidência sobre o que piratas efetivamente fizeram ou disseram. Mas é evidência do que a opinião pública estava disposta a acreditar”. Algo do mesmo tipo pode ser dito da obra de Alexander Exquemelin. Nosso argumento é o de que as histórias de pirata encontradas em *De*

⁵ Há dúvidas sobre a autoria deste livro, que muitos creditam a Daniel Defoe. Esta coleção de histórias apareceu pela primeira vez em 1724 com o nome de *General History of the Pirates of the New Providence*, sob a pena de um Captain Charles Johnson, mas não se sabe verdadeiramente quem é o autor da obra nem mesmo há certeza sobre sua autenticidade. Mesmo assim, a *General History* é considerada uma das principais fontes históricas sobre a pirataria atlântica do período.

Americaensche Zee-Roovers (1678) dizem tanto sobre a vida no Caribe quanto sobre as ansiedades europeias a cerca de sua própria condição política. Trata-se de ver, nas histórias de Exquemeling, como o europeu representou para si o espaço não europeu e as relações políticas que ali vigiam. Neste processo de tradução do outro para o eu, que leva do desconhecido ao conhecido (Hartog, 2014) o que foi visto e retratado pelo bucaneiro neerlandês não será evidência do que os piratas fizeram ou disseram, mas será evidência daquilo que interessava e preocupava o leitor do Velho Mundo a respeito de sua própria realidade.

Ao fim do século XVII, as visões idílicas acerca das Américas e da liberdade por ela prometida estavam em vias de desaparecer. Os exploradores e descobridores de novos mundos pouco a pouco deixavam de ser reconhecidos como os intrépidos aventureiros aristocráticos de outrora para se transmutarem em bandoleiros fora-da-lei, em pragas que, no intervalo de um século passariam de heróis nacionais a “facínoras que foram o terror da atividade comercial do mundo” que deveriam ser “esmagados antes de ganharem força” (Defoe, 2008). Já havia passado tempo o suficiente desde os descobrimentos para que o entusiasmo com o Novo Mundo se dissolvesse, e para que as histórias de sofrimento e privação daqueles que foram para o outro lado do Atlântico levantassem dúvidas sérias sobre a tal prosperidade que a natureza abundante das Américas proveria. Neste sentido, as histórias contadas por Exquemeling contemplam uma tragédia humana; se, por um lado, as ilhas do Caribe prometiam os que ali se aventuravam a liberdade, por outro, eram assombrados pelo espectro da pirataria.

Normal Angel certa vez disse que “a raça dos homens ama os soldados, da mesma forma como quando crianças amávamos os piratas. [...] não obstante, derrotamos os vikings e enforcamos os piratas, sem que isso prejudicasse o afeto que continuamos a ter por eles. [...] Não há dúvida de que a pirataria era uma atividade esplêndida, mas não era um bom negócio” (Angell, 2002). Normal Angel está certo. Como inglês, porém, deveria acrescentar que a pirataria nem sempre foi um mau negócio. Quem tem o bolso vazio não teme ser roubado.

De Americaensche Zee-Roovers foi publicado pela primeira vez em holandês no ano de 1678 – relatando as aventuras de Alexander Exquemeling começando em 1666 - e traduzido ao espanhol em 1682. Dois anos mais tarde recebeu sua

primeira edição em língua inglesa. Muitas edições francesas apareceram nos anos seguintes provavelmente derivadas do texto em inglês e que em muito acrescentavam ao texto original⁶. A obra teve grande repercussão na Europa e recebeu diversas reimpressões ao longo do tempo frequentemente com adições de novas narrativas, prefácios e introduções.

As séries de edições expandidas e modificadas e as diversas traduções que frequentemente alteravam o tom da obra apontam para o fato de que o texto de Exquemeling foi, dependendo da ocasião, modificado para servir os gostos do editor e do público leitor. De certo modo, podemos dizer que a obra de Exquemeling ganhou vida própria. Seria um trabalho demasiado grande traçar uma árvore genealógica de todas as edições do livro - o que certamente dependeria da capacidade do pesquisador em questão compreender pelo menos o holandês. Por esta limitação linguística e de tempo hábil, escolhemos trabalhar somente com a edição em inglês – em particular a publicada por Howard Pyle em 1891 – pois nos consta ser a mais fiel ao original em inglês de 1684 além de nela constar o prefácio do tradutor publicado à época. Uma segunda edição, publicada em 1853 também nos é de interesse. Nesta, encontra-se incluso o prefácio à edição de 1699 e uma introdução de 1724. A abertura do texto foi bastante modificada nesta edição – as modificações também datam de 1724 – e divergem dramaticamente com o texto original em inglês de 1684⁷.

É preciso afastar uma questão que tangencia nosso objeto, ainda que não o penetre, antes de embarcarmos no texto de Exquemeling propriamente dito. O prefácio do tradutor de 1684 adota um tom exclamatório marcadamente distinto – até mesmo oposto – daquele que encontramos nas edições de 1699 e 1724. Para o tradutor de 1684, a obra de Exquemeling contém nas suas linhas as glórias da nação inglesa; feitos que não devem ser menores do que os de Alexandre o Grande e Julius Cesar. O fato de ter sido escrito por um holandês faz somente

⁶ Em especial, as traduções francesas acrescentaram a narrativa de Rasseneau de Lussan, texto muito interessante, mas que não será abordado neste momento.

⁷ A edição de 1892, *The Buccaneers & Marooners of America*, está disponível em: <https://archive.org/details/buccaneersmaroon00exqu> (18.05.2018).

A segunda edição utilizada neste trabalho foi publicada em 1853 e está disponível em: <https://archive.org/details/historybuccanee02perkgoog> (18.05.2018).

Outras edições também foram consultadas, em especial as em francês e espanhol, mas não trataremos delas neste trabalho.

No restante do capítulo as obras serão referidas como (Pyle, 1892) e (Exq, 1853).

engrandecer os feitos dos ingleses ali descritos, pois não se poderia acusá-lo de viés patriótico⁸. O tradutor de 1684 parece se preocupar com a opinião daqueles que julgam que os feitos dos ingleses no Caribe foram de pouca importância, pois os espanhóis estariam enfraquecidos pela paz, pelo calor inebriante dos trópicos e pelo ócio (já que naquelas terras, aparentemente, trabalhava-se pouco). Em momento algum parece preocupado com a violência dos de seus compatriotas, ou com o fato de atacarem outras nações em tempos de paz. Pelo contrário, isso os faz mais dignos de mérito, pois como se sabe, “no Peace could ever be established beyond the Line, since the first possession of the West-Indies by the Spaniards, till the burning of Panama”. O fato de os Ingleses, Franceses e Holandeses terem, desde a descoberta do Novo Mundo, infestado suas costas com “Robberies and Assalts”; o fato de terem combatidos os espanhóis onde quer que se escondessem só poderia ser compreendido como esforços valorosos e heroicos contra o inimigo que se encontrava “in a perpetual War with Europe” (Exq, 1892). Para o tradutor de 1684, os assaltos dos bucaneiros aos espanhóis descritos pela pena de Exquemeling provam somente o valor e a coragem dos ingleses franceses e holandeses, nada mais.

Mas quando lemos o prefácio à edição de 1699, a diferença de postura salta aos olhos: neste caso, “the Wondrous actions and daring adventures therein related, are such as could not but transport the most stupid minds into an admiration of them” (Exq, 1853). O relato do bucaneiro neerlandês surpreende porque mostra até que ponto os homens são capazes de suportar perigos e privações para conseguir dinheiro, e depois gastá-lo da pior forma possível (com bebedeiras e festas). O autor do prefácio concede, porém, em um ponto:

“However, it is very remarkable, that in such Lawless body as these buccaneers seem to be, in respect to all others, that yet there should be such an economy (if I may so say) kept, and regularity practiced amongst themselves, so that every one seemed to have his property as much secured to himself, as if he had been a member of the most civilized community in the world; though at the same time, when I consider of some of their laws, such as those against drunkenness and the like immoralities, I believe I have a great deal of reason to remain suspicious of their sincerity”

(Exq, 1853)

⁸ “... this present Author, Who though a stranger unto our Nation, yet with that Candour and Fidelity hath recorded our Actions, as to render the Metal of our true English Valour to be the more believed and feared abroad, than if these things had been divulged by our selves at home” (Exq, 1891).

De fato, a comunidade ordenada dos fora-da-lei era um assunto recorrente na cultura popular, como podemos ver em *A Jovial Crew*⁹. Em Exquemeling, as leis operantes entre os bucaneiros contrastam com a falta de leis no meio em que vivem. Como pode ser que a lei e a ordem surjam em meio à desordem e a falta de leis? Como pode haver ordem sem que haja soberano? Não seria uma coisa a pré-condição da outra? Para uma sociedade acostumada a pensar no estado de natureza como estado de guerra perpétua, tal possibilidade é de fato um mistério tentador. Mas voltaremos a este assunto mais adiante.

Mas se em 1699 a ideia de bucaneiros rondando os mares em busca de dinheiro fácil para gastar em festas e bebidas parecia ser coisa de mentes estúpidas, em 1724 a pirataria se transformaria em monstruosidade desumana, uma disfuncionalidade superada pelo avançar da civilização. Para a introdução de 1724, as histórias de Exquemeling contam sobre um tempo que já passou: “there has been a complete revolution of the seas. Sea-Kings are no longer Known or acknowledged. Their dark and dismal reign has passed away forever”, e no último quarto de século “the records of our admiralty courts are full of trials of pirates, with the most revolting accounts of their cruelties, and their executions” (Exq, 1853).

O mais importante, contudo, é a mudança do objeto da crueldade dos piratas. Como já dissemos, a abertura do texto de 1724 foi dramaticamente alterada em relação ao texto original de 1684¹⁰:

“As the Buccaneers in the West Indies have been so formidable and numerous that they have interrupted the trade of Europe into those parts, and our English merchants, in particular, have suffered more by their depredations than by the united force of France and Spain, in the late war, we do not doubt but the world the origins and progress of these desperadoes, Who were the terror of the trading parts of the world”.

Nota-se aqui que a história de Exquemeling não é mais sobre o valor e a coragem dos marinheiros ingleses que contra a poderosa Espanha se rebelaram em todas as partes das Américas. Trata-se de uma história de origens. A narrativa de

⁹ Em a *Jovial Crew*, contudo, os pedintes reproduzem em sua comunidade o sistema monárquico. Springlove é salgado como o rei dos mendigos, e os mendigos, seus servos.

¹⁰ O texto de 1684 já inicia com a partida de Exquemeling do porto de Havre de Grasse, enquanto na versão de 1724 constam algumas páginas antecedentes que adicionam novos elementos ao texto original.

Exquemeling é um aviso amigo sobre o que acontece quando se proliferam estes ladrões do mar “when, either by the troubles of particular times, or the neglect of governments, they are not crushed before they gather strength” (Exq, 1853). Os maiores perdedores desta história, diz o texto de 1724, não foram os espanhóis, mas os ingleses, cujo comércio ameaçava desaparecer em função das atividades dos piratas do Caribe. E se no passado a razão de existirem tais bucaneiros era a de fazer frente à audácia espanhola – de conter o desejo castelhano de ter somente para si todo o Novo Mundo – agora sua razão de existir era pilhar o grande comércio “by French, Spaniards, Dutch, and *specially*¹¹ English ships” (Exq, 1853). Agora sim a pirataria havia deixado de ser um “bom negócio” (Angell, 1910).

Tirada esta questão do caminho, e não havendo mais diferenças significativas entre as edições¹², passemos ao texto de Exquemeling propriamente dito.

6.5.

A narrativa do que se vê

François Hartog (2014) sugere que as histórias de Heródoto são o espelho pelo qual o autor continuamente avalia a si mesmo, descreve a si próprio. Consideramos a mesma coisa a respeito dos relatos e histórias de pirataria. Não sugerimos, todavia, que as narrativas contidas em *The Buccaneers & Marooners of America* são fantasiosas e que não devem ser levadas a sério. Pelo contrário, o fato de ter sido amplamente lido e reeditado nas variadas línguas europeias revela não o que os piratas “verdadeiramente” faziam, mas o que o europeu estava disposto a acreditar que faziam, revela aquilo que os perturbava e aquilo que ignoravam, revela aquilo que temiam e aquilo que desejavam. Mas como acreditar naquilo que acontece tão longe? Como fazer conhecer aquilo que não se conhece?

Ora, uma estratégia, já abordada em capítulo precedente¹³, trata de fazer do outro o mesmo; de traduzir o diferente em igualdade. Não há nada lá que não tenha uma

¹¹ Grifo meu.

¹² Não trataremos dos inúmeros capítulos que foram adicionados ao texto original ao longo dos séculos. Muitos deles são interessantes e merecem análise própria, mas caem para fora do escopo de nosso trabalho.

contrapartida cá, diria o narrador. Tudo pode ser posto lado a lado e, comparadas as similitudes e diferenças, o desconhecido faz-se conhecido. Outra estratégia é ver e descrever somente aquilo que já é conhecido. O valor verdade do que é dito pelo narrador revela-se, deste modo, pela autoridade das vozes do passado que desde antes já afirmavam o mesmo; não há nada de novo no mundo, apenas o mesmo do que já foi dito antes, e quanto mais do mesmo for encontrado, mais verídica será a narrativa e mais confiável será o autor¹⁴.

Hartog nos sugere uma terceira opção; a autoridade do olho que vê: “O que autoriza uma descrição deste tipo é o olho da testemunha. [...] Ele que as organiza (o visível), delimita sua proliferação e as controla (campo visual), bem como as autentifica (testemunha). [...] O olho fala e diz o visível” (Hartog, 2014). É a partir do olhar do narrador que uma realidade se constrói, se organiza ao mesmo tempo em que se autoriza a dizer a verdade. O olhar é a auto-autorização do narrador que, por fim, apaga a diferença entre a narração e o acontecimento¹⁵.

Exquemeling usa e abusa desta autoridade testemunhal. Ao descrever o extermínio dos índios pelos espanhóis (que abordaremos mais adiante), Exquemeling atesta que “I myself have often seen great numbers of human bones” nas localidades onde os índios haviam sido cercados e mortos por cachorros trazidos pelos espanhóis para a ilha. Pouco mais adiante, o autor descreve o modo de vida dos franceses habitantes de Tortuga e a crueldade de alguns para com seus servos, que frequentemente os tratavam como “cavalos em uma feira”; “this I have often seen with great grief”, diz o bucaneiros para em seguida descrever um caso fantástico e sobrenatural de vingança divina. Em outra ocasião, atesta com os próprios olhos as bebedeiras dos piratas de tortuga; “My own master would buy sometimes a pipe of wine, and, placing it in the street, would force those that passed by to drink with him, threatening also to pistol them if they would not”. Afirma também ter visto um índio puxar para fora d’água com seus próprios braços uma âncora “of six hundredweight” que estava presa em uma pedra. Todas estas histórias espetaculares, afirma o autor; “I shall relate without the least passion or partiality, and assure my reader that I shall give him no stories upon

¹³ Ver capítulo 3

¹⁴ Ver Greenblatt (1996), Todorov (2010), Lestringeant (1997).

¹⁵ Ver também Greenblatt – prefácio de Lestrigenat.

trust, or hearsay, but only those enterprises to which I was myself an eye-witness” (Exq, 1891)¹⁶.

Mas a autoridade ocular e presencial de Exquemeling não é constante em toda sua obra. Se no princípio a narrativa nos faz lembrar constantemente de presença do autor junto aos fatos narrados, inclusive nos explicando serenamente o motivo que o levou a seguir jornada com os piratas, sua autenticidade ocular vai pouco a pouco cedendo lugar para uma narrativa impessoal e na terceira pessoa. Na medida em que os crimes cometidos pelos piratas vão ficando mais severos, menos testemunhal vai se tornando o relato. Do quinto capítulo em diante – dedicados exclusivamente a descrever as depredações cometidas pelos bucaneiros – os apelos a autoridade ocular desaparecem. Estabelecida a condição inicial de confiança, o autor pode “sumir” da violência praticada. Resta, então, apenas o Exquemeling que chegou às Américas como propriedade privada da Companhia das Índias Ocidentais, que comeu o pão que o diabo amassou nas mãos de senhores ruins, e que se libertou deles para viver sua aventura oculta e sem culpa em meio aos bucaneiros do Caribe. Mas é precisamente este desaparecimento do autor que permite à narrativa de Exquemeling ser digna de confiança e ao mesmo tempo uma carta confissão de crimes e depredações.

Não é de se espantar que encontremos no prefácio à edição de 1684 - amistosa às depredações dos bucaneiros - apelos insistentes à autoridade testemunhal do narrador. Para além das curiosidades e dos feitos grandiosos encontrados no relato de Exquemeling, que chama a atenção do tradutor é a “verdade e sinceridade com a qual tudo parece ser escrito”: “He writeth not by hearsay, but was an eye witness, as He somewhere telleth you, unto all and every on of the bold and hazardous attempts which he relateth” (Exq, 1892). Mas no prefácio à edição de 1699, o apelo à verdade testemunhal do autor não é levada em conta: “seeing the whole contexture and narrative is so plain and simple, that to me it seems to carry an evidence of thruth in every part of it” (Exq, 1853). E na introdução de 1724 não encontramos qualquer menção quanto à veracidade do que relata Exquemeling, nem mesmo sobre sua suposta presença nos atos (em 1724 considerados criminosos) cometidos. Aos olhos de seus editores, aparentemente, o

¹⁶ Todas as aspas deste parágrafo foram extraídas da mesma fonte.

autor foi pouco a pouco deslizando para fora de sua própria narrativa. E não será mais o fato de ter visto e presenciado cada uma de suas histórias que lhe garantirá a confiança do leitor. Para dizer a verdade, para os editores de 1724, nem mesmo verdadeira precisa ser a história, basta que sirva de lição.

6.6.

A queda

A sublimação progressiva do autor serve como marco analítico para dividir a obra em dois momentos; antes e depois da “queda”, antes e depois de sua conversão à pirataria. No primeiro, o autor apresenta a si próprio, bem como nos introduz às circunstâncias históricas, políticas e geográficas do Caribe, em especial às ilhas de Tortuga e Hispaniola. Aqui ficamos sabendo dos motivos que levaram os franceses a se estabelecer bem ao lado (em Tortuga) dos espanhóis (em Hispaniola) e da relação conflituosa que havia entre as partes. Exquemeling nos explica como os habitantes do Caribe levavam suas vidas, quais cidades eram grandes e quais eram ricas, fala sobre a fauna e a flora, sobre os costumes dos habitantes, etc. Neste primeiro momento, apesar do clima hostil que predominava entre os espanhóis e as demais nações, as ilhas caribenhas são apresentadas como espaços de oportunidades e de liberdades – lugares onde era possível viver da abundância da natureza em relativa segurança. Na ilha de Tortuga, diz Exquemeling:

“As to the Wood that grows here, we have already Said that the trees are exceeding tall, and pleasing to the sight; whence no man Will doubt, but they may be applied to several uses. [...] This island, also, is not deficient in aloes, nor an infinite number of the other medicinal herbs, which may please the curiosity of such as are given to their contemplation: moreover, for building of ships, or any other sort of architecture, here are found several sorts of timber. The fruits, likewise, which grow here abundantly, are nothing inferior, in quantity or quality, to what other islands produce”.

(Pyle, 1892)

Quanto aos habitantes, os “first possessors of tortuga” vivem, na sua maior parte, daquilo que a natureza fornece, e outra coisa mais:

“Being possessed of these conveniences, and the security theses things might promise, the French began to people the island, and each of them to seek their living: some by hunting, others by planting tobacco, and others by cruizing and

robbing upon the coasts of the Spanish islands, which trade is continued by them to this day”¹⁷.

(Pyle, 1892)

O capítulo seguinte é dedicado a descrever a ilha de Hispaniola, habitada pelos espanhóis:

“It is situated towards the south, and affords a most excellent prospect; the country tound about being embellished with innumerable rich plantations, as also verdant meadows and fruitfull gardens; all which produce plenty and variety of excellent pleasant fruits, according to the nature of those countries. [...] the city [San Jago] is surrounded with large and delicious fields, as much pleasing to the view as those of Santo Domingo; and these abound with beasts both wild and tame; yielding vast numbers of skins and hides, very profitable to the owners”

(Pyle, 1892)

Em suma, as ilhas caribenhas são férteis, belas e lucrativas, seja para aqueles que plantam quanto para aqueles que, sem um pedaço de terra, vivem da natureza caçando e colhendo seus frutos.

No segundo momento, coincidente com o “desaparecimento” do autor, a liberdade elemental que reinava no Caribe abre espaço para as depredações dos bucaneiros. De um lado a outro, o autor nos apresenta um contínuo sobre como as condições iniciais se deterioraram até a barbárie. Tal como em *A Jovial Crew*, a visão romântica dos protagonistas se revela uma ilusão; em movimento inverso ao do autor, que lentamente se retira do texto, os piratas lentamente emergem da penumbra para ocupar o espaço deixado vazio.

Lembremos que Exquemeling deixou a França, em 1666, sob as ordens da Companhia das Índias Ocidentais francesas, o que nos é dito desde o primeiro capítulo. Boa parte do que o autor descreveu, contudo, concerniam os tempos anteriores à chegada da dita companhia. A tentativa de colonização privada, porém, falhou:

“Hereupon, the company recalled their factors, giving them orders to sell all that was theirs own in the Said plantation, both the servants belonging to the company (which were sold, some for twenty, and others for thirty pieces of eight), as also all other merchandizes and proprieties. And thus all their designs fell to the ground. On this ocasion I was sold, being a servant under the Said company in whose

¹⁷ Em Exquemeling, a pirataria é introduzida aos poucos na narrativa. Primeiro, ela aparece como uma atividade comparável à caça e ao cultivo. Depois, os piratas aparecem como defensores da ilha de Tortuga contra a invasão espanhola. Somente na segunda metade os piratas aparecerão como criminosos.

service I left France: but my fortune was very bad, for I fell into the hands of the most cruel and perfidious man that ever was Born, Who was the governor, or rather lieutenant-general, of that island. This man treated me with all the hard usage imaginable, yea, with that of hunger, with which I thought I should have perished inevitably”.

(Pyle, 1892)

Adoecido pela fome e pelos maus tratos, Exquemeling foi vendido pela segunda vez, mas para sua sorte seu novo mestre o tratou bem:

“He gave me both clothes and very good food; and after I have served him but one year, He offered me liberty. [...] Being now at liberty, though like Adam when He was first created – that is, naked and destitute of all human necessities – not knowing how to get my living, I determined to enter the order of the pirates or robbers at sea¹⁸”.

(Pyle, 1892)

A libertação do autor não será, pois, um momento de regozijo, pois tal liberdade implicava também em insegurança. Dali em diante, Exquemeling será tanto o fio da espada quanto ferimento do golpe; será, ao mesmo tempo, tão culpado pelos crimes que cometeu em conluio com os piratas do Caribe, quanto inocente como Adão na ocasião de seu nascimento. A queda libertou Exquemeling das amarras institucionais da Europa somente para lançá-lo na brutalidade das armas.

6.7.

Quem são os piratas?

Hartog, ao comentar a obra de Heródoto, introduz o conceito de *injunções narrativas*, que designam “tudo que, na guerra cita, anuncia, prefigura, delinea as Guerras Médicas; a expedição cita, observou-se com frequência, é uma repetição do drama que, da próxima vez, será representado na própria Grécia” (Hartog, 2014, p.75). As injunções narrativas, portanto, designam aquilo que prefigura algo que acontecerá no futuro como uma repetição. Na narrativa de Exquemeling, a sua queda, o seu drama, prefigurará o drama de todos os outros; sua biografia servirá como biografia universal; nos acontecimentos de sua vida estarão inscritos os acontecimentos de todos os outros que, assim como o autor, tiveram a sorte ou azar de cair no Caribe livres como Adão.

¹⁸ Grifo meu.

Assim, seu sofrimento nas mãos de um mestre cruel ao ser vendido pela Companhia das Índias Ocidentais se tornará a crueldade dos bucaneiros caçadores de búfalos e gado: “The said bucaniers are very cruel and tyrannical to their servants, so that commonly they had rather be galley-slaves, or saw Brasil wood in the rasphouses of Holland, than serve such barbarous masters”; as bebedeiras que presenciou com seu antigo senhor¹⁹ se tornarão característica comuns a todos: “the rest of their gains they spend prodigally, giving themselves to all manner of vices and debaucherie, particulary to drunknness, which they practice mostly with brandy”; e o “consenso” com o qual foi recebido na “sociedade” dos piratas torna-se o estado de bem estar social que vigorou entre estes andarilhos dos mares:

“They observe among themselves very good orders; for in the prizes they take, it is severely prohibited, to every one, to take anything to themselves: hence all the take is equally divided, [...] They are very civil and charitable to each other. So that if any one wants what another has, with great willingness they give it one to another”.

(Pyle, 1892)

Porém, a repetição dos eventos prefigurados pela sua história e encarnados nos cruéis bucaneiros e piratas não será contada no mesmo tom intimista e pessoal com o qual Exquemeling narra sua própria história. Podemos desculpar o autor por seus crimes porque conhecemos seu passado, sabemos de suas boas intenções e dos sofrimentos que o levaram a praticar os crimes que praticou. Podemos desculpar até mesmo alguns de seus comparsas, cuja caridade Exquemeling registra. Mas não teremos toda esta leniência ao olhar para os feitos de Bartolomeu Português ou Henri Morgan, apesar de sabermos que suas histórias não são de todo diferentes daquela de Exquemeling, que, segundo ele próprio, esteve junto e praticou o mesmo que todos os outros.

A pirataria é introduzida aos poucos no mesmo ritmo em que se desdobra a história do próprio autor, mas pode ser encontrada desde o começo. Ao zarpar de Havre de Grasse, a embarcação francesa persegue e é perseguida por piratas, e ao passar pela costa da França a frota causa temor nos residentes que imaginavam se tratar de piratas ingleses. Já em Tortuga, a pirataria, ou os roubos no mar, são apresentados lado a lado com as demais ocupações dos habitantes locais, e pouco

¹⁹ Já citada neste capítulo

depois os piratas aparecem como uma força defensora que salva a colônia francesa de uma invasão espanhola. Até o momento da “queda”, a pirataria não é melhor ou pior do que caçar javalis ou plantar tabaco.

No segundo momento, piratas tornam-se os seres mais vulgares e bárbaros que se pode imaginar, beirando até mesmo o ridículo. Exquemeling narra certa ocasião quando Francois Lolonois (Junto com Morgan, o principal personagem do livro) ao interrogar uma vítima de suas andanças, deixou-se levar pela emoção do momento:

“[Lolonois] grew outrageously passionate; so that he drew his cutlass, and with it cut open the breast of one of those poor Spaniards, and *pulling out his heart began to bite and gnaw it with his teeth*²⁰, like a ravenous wolf, saying to the rest, “I will serve you all alike, if you show me not another way””.

(Pyle, 1892, p.117)

Comer o coração da vítima é, sem dúvida, um dos pontos altos da violência dos piratas. Não conseguimos encontrar nada mais aberrante do que isso. Contudo, cenas parecidas se repetem inúmeras vezes, mas sem o canibalismo. O mais notável, porém, é que a biografia de Lolonois se confunde com aquela de Exquemeling:

“In his youth he was transported to the Caribbee islands, in quality of servant, or slave, according to custom; *of which we have already spoken*. Being out of his time, he came to Hispaniola; here he joined for some time with the hunters, before he began his robberies upon the spaniards...”

(Pyle, 1892, p.95)

‘ Não é surpreendente que encontremos em Henri Morgan coisa semelhante. Sobre sua origem, Exquemeling conta que:

“Morgan, when young, had no inclination to the calling of his father, and therefore left his country, and came towards the sea-coasts to seek some other employment more suitable to his aspiring humor; where he found several ships at anchor, bound for barbadoes. With these he resolved to go in the service of one, who, according to the practice of those parts, sold him as soon as he came ashore. He served his time at barbadoes, and obtaining his liberty, betooke himselfe to Jamaica, there to seek new fortunes: here he found two vessels of pirates ready to go to sea; and being destitute of employment, he went with them, with intent to follow the exercises of that sort of people...”

(Ibid.)

²⁰ Grifo meu.

Morgan, assim como Lolonois e Exquemeling compartilham da mesma história e o pedaço de uma pode ser usado para explicar o pedaço de outra; a única diferença sendo a ausência do olhar testemunhal de Exquemeling quando se trata dos outros dois, de sua sublimação como partícipe das piratarias.

6.8.

Quem são os bárbaros?

Exquemeling não esconde seu desprezo pelos índios a quem considerava “a barbarous people, sensual and brutish, hating all labor, and only inclined to killing, and making war against their neighbours...” (Pyle, 1892, p.69). Em sua narrativa, os índios tem quase nenhuma relevância para o andamento da história, aparecendo apenas umas poucas vezes aqui e acolá quase sempre como antagonistas dos espanhóis, que tentavam de todas as maneiras “domá-los pela civilização ou conquistá-los pela espada”:

“By the Spaniards they were initiated in the principles of the Christian faith and religion, and they sent them every Sunday and holiday a priest to perform divine service among them; afterwards, for reasons not known, but certainly through temptations of the father of idolatry, the devil, they suddenly cast off the Christian religion, abusing the priest that was sent to them: this provoked the Spaniards to punish them, by casting many of their chief into prison (p. 121). [...] Finding themselves cruelly hated by the Indians, and nowhere secure from their treacheries, resolved to extirpate and ruin them, since they could neither tame them by civility, nor conquer them with the sword (p. 70).

(Ibidem)

Mas, em uma de suas poucas aparições, os nativos do Caribe cumprem uma função fundamental. Em todas as histórias do livro, são os espanhóis os principais alvos da selvageria dos piratas, que, tal como os índios, os odiavam perenemente. Sua barbárie não era diferente daquela dos bucaneiros, que viviam igualmente como feras, sem respeito às leis “nor did they spare the churches and most sacred things; all which were pillaged and profaned, without any respect or veneration” (p. 93). Mas em certa ocasião, quando Lolonois armava mais uma de suas expedições de pilhagem:

“God Almighty, the time of His Divine justice being now come, had appointed the Indians of Darien to be the instruments and executioners thereof. These Indians of Darien are esteemed as bavoos, or wild savage Indians, by the neighbouring Spaniards, Who never could civilize them. Hither Lolonois came (brought by his

evil conscience that cried for punishment), thinking to act his cruelties; but the Indians within a few days after his arrival took him prisoner, and tore him in pieces alive, throwing his body limb by limb into fire, and his ashes into the air, that no trace or memory might remain of such an infamous, inhuman creature.[...] Thus ends the history, the life, and miserable death of that infernal wretch Lolonoism who so much innocent blood, died by cruel and butcherly hands, such as his own were in the course of his life”.

(Pyle, 1892, p.128)

No arco narrativo de Lolonois, os índios assumem o papel de uma força divina que se lança contra os piratas com a mesma barbárie com a qual os bucaneiros se lançavam contra os espanhóis. Lolonois começou sua carreira do mesmo modo como Exquemeling o fizera, fugindo da escravidão para renascer livre como Adão. E assim como Lolonois comeu o coração ainda quente de uma de suas vítimas, terminou suas aventuras sendo comido pelos índios: os pecados de um eram os pecados do outro, que por fim se aniquilaram.

Ao longo dos séculos, o livro de Exquemeling foi visto como uma fonte histórica confiável do modo de vida dos bucaneiros do Caribe e serviu de inspiração para muitas outras histórias de piratas. Nossa intenção aqui não foi tratá-lo deste modo. Exquemeling pode ter escrito tudo aquilo que viu acontecer diante de seus olhos, mas sua relevância, sua popularidade entre os europeus não deriva da autoridade ocular que supostamente tem, mas de seu valor como guia moral. Exquemeling conta uma história de queda, de deterioração, que serviu tanto para aqueles que viam em Henri Morgan um herói inglês quanto para aqueles que, décadas mais tarde, desejaram a morte mais cruel aos inimigos da humanidade. Exquemeling tanto ajudou a propagar o mito dos piratas democráticos quanto deu subsídio àqueles que desejavam extirpá-los da face da terra. Esta ambiguidade não é por acaso, e deve ser encontrada na profunda ansiedade europeia acerca de seu próprio destino.